



**Willian Douglas Guilherme**  
**(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão**  
**da Educação Brasileira 3**

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da  
Educação Brasileira 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-460-3 DOI 10.22533/at.ed.603191007  1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 379.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO ATENDIDOS PELO SAREH	
Geicinara Martins de Almeida Oliveira Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS GERAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	
Ester Vitória Basílio Anchieta Ezer Wellington Gomes Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
A PARTICIPAÇÃO DE UMA ALUNA EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Rodrigo Barbuio Evani Andreatta Amaral Camargo Ana Paula de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SEU COMPORTAMENTO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE	
Ivanusa Maria da Silva Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE SP COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Carolina Lourenço Reis Quedas Silvana Maria Blascovi-Assis Maria Eloisa Famá D´Antino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Dilene Pinheiro da Silva Ailton Vitor Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal Juliana Marcondes Bussolotti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910077</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>85</b>
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>96</b>
ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA	
José Ricardo Lopes da Silva	
Laís Helena Gouveia Rodrigues	
Lucas Moreno Cavalcanti Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6031910079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
CONSTRUÇÃO DO SENTIDO COLETIVO EDUCACIONAL E A BUSCA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS AUTOINSUSTENTÁVEIS: UM RELATO VIVENCIADO	
Giselda Frank	
Viviane Brandão Frigo	
Samira Furlan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>115</b>
CURRÍCULO EDUCACIONAL, UM OLHAR PELAS DIVERSIDADES	
Lucimar Araújo Braga	
Igor Antonio Barreto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS	
Tatiane de Fátima Kovalski Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>136</b>
DESAFIOS DA INCLUSÃO COMO INSTITUINTE DESENCADEANTE DE MUDANÇA NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	
Neide Barbosa Saisi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>145</b>
EDUCAÇÃO EM SAÚDE A DEFICIENTES VISUAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL	
Ana Carolina Guidorizzi Zanetti	
Kelly Graziani Giaccherro Vedana	
Anderson Heiji Lima Miyazaki	
Bárbara Gadioli	
Beatriz Molina Carvalho	
Bruna Marques Chiarelo	
Carine Sanches Zani Ribeiro	
Cíntia Coró	
Cristiano Gimenez Olímpio	
Daniele Maria Nogueira	
Isabelle Wengler Silva	

João Paulo Ferreira Rodrigues  
Jonas Gabriel Pestana Gradim  
Julia Cintra Gomes  
Juliana Masini Garcia  
Livia Maria Landgraff Pereira  
Mariana Aparecida de Jesus Castro Santos  
Murillo Fernando Jolo  
Thainá Ferreira de Toledo Piza  
Tatiana Pupim Libório

**DOI 10.22533/at.ed.60319100714**

**CAPÍTULO 15 ..... 150**

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Silvana Mara Bernardi Rizotto  
Fernanda Sprada Lopes  
Ivo José Both

**DOI 10.22533/at.ed.60319100715**

**CAPÍTULO 16 ..... 154**

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Dantas Ferreira  
Dayane Mary Soares da Costa  
Dayse Alves dos Santos  
Marcos Antônio de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.60319100716**

**CAPÍTULO 17 ..... 171**

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADANIA ATRAVÉS DAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Alana Lessa do Nascimento Silva  
Evaldo Ribeiro Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.60319100717**

**CAPÍTULO 18 ..... 182**

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CEGOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Soares Sandrini Garcia

**DOI 10.22533/at.ed.60319100718**

**CAPÍTULO 19 ..... 187**

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho  
Gilmar Garcia Marcelino  
Kelly Francisca da Silva Brito  
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

**DOI 10.22533/at.ed.60319100719**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>193</b>
INFOLIBRAS: VÍDEOAULAS PRÉ-VESTIBULAR EM LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
<a href="#">Jaison Fernando da Silva</a>	
<a href="#">Caroline Barboza Januário</a>	
<a href="#">Lívia Bianca Oliveira Dariva</a>	
<a href="#">Daniele Rosa de Arruda da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>199</b>
LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?	
<a href="#">Darliane Silva do Amaral</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>204</b>
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MARCOS LEGAIS DO BRASIL DE 1994 A 2015	
<a href="#">Juliane Kelly de Figueiredo Freitas</a>	
<a href="#">Josanilda Mafra Rocha de Moraes</a>	
<a href="#">Lenina Lopes Soares Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>217</b>
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO	
<a href="#">Patrícia Aparecida da Cunha</a>	
<a href="#">Guilherme Alessandro Garcia</a>	
<a href="#">Eloy Alves Filho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>224</b>
O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA SURDOS	
<a href="#">Rosanea Beatriz Borges</a>	
<a href="#">Melchior José Tavares Júnior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>232</b>
PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA	
<a href="#">Ivone Liphhaus Almeida</a>	
<a href="#">Sidnei Quezada Meireles Leite</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>245</b>
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO	
<a href="#">Ivana Aparecida Weissbach Moreira</a>	
<a href="#">Rosenei Cella</a>	
<a href="#">Rosana Cristina Kohls</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100726</b>	

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>251</b>
USO DE INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Fernanda Cinthya de Oliveira Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>270</b>
TDAH: SUAS IMPLICAÇÕES COM A VIDA	
Yara Vieira Alberti	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
Cintya Fonseca Luiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>280</b>
PROJETO VIVENDO AS DIFERENÇAS	
Cintia Cristina Escudeiro Biazan	
Denise Aparecida Refundini Castellani	
Sandramara Morando Gerbelli	
Viviane Franzo Juliani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100729</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>291</b>
TRANSFORMAR PARA INCLUIR – O CASO DO CAIS DE CONTAGEM-MG	
Élida Galvão do Nascimento	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100730</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>301</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR	
Everton Ucela Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100731</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>312</b>
PROPOSTA DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS UTILIZANDO ATIVIDADES E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU BAIXA VISÃO VERSANDO CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO	
Thamires de Souza Nascimento	
Andréa Aparecida Ribeiro Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60319100732</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>323</b>

## A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

**Dilene Pinheiro da Silva**

Coordenação de Política Estudantil, Cefet-MG/  
Campus Contagem  
Contagem/MG

**Ailton Vitor Guimarães**

Programa de Pós-graduação em Educação  
Tecnológica, Cefet-MG/Campus II  
Belo Horizonte/MG

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo uma breve reflexão sobre a Assistência Estudantil (AE) e suas ações orientadas por seus princípios em busca de promover o acesso, a permanência e conclusão nos cursos em que ingressam os estudantes das Instituições Federais de Ensino (IFEs). Busca-se abordar os processos de constituição da AE ao longo do tempo, cujo foco foram/são as demandas apresentadas pelos discentes no interior das escolas, nas dificuldades de acesso e de permanência, envolvendo: restrições socioeconômicas em relação à moradia, à alimentação, à saúde (física e mental), ao transporte e ao acesso a creches; a ausência de condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais; a necessidade de acompanhamento psicopedagógico e de fomento à participação acadêmica; a precariedade no acesso à informação; a difusão e o acesso incipientes

às manifestações artísticas e culturais; entre outras que se apresentam no cotidiano das instituições. Ações que respondam a essas e outras demandas são complexas e requerem, além da construção de estratégias de atuação, a mobilização da comunidade acadêmica, dedicação à pesquisa, entre outras ações para alcançar os objetivos propostos à assistência estudantil. Considera-se que o cenário político-econômico que se desenha ao longo dos anos, com mercantilização da educação, exclui, paulatinamente, aqueles que não possuem recursos para adquiri-la, enquanto mercadoria. Caberia então à escola pública atuar no sentido de superar esse cenário. Nesse sentido, buscase, na pesquisa que inclui as reflexões contidas aqui, compreender as ações da Assistência Estudantil diante das demandas apresentadas pelos discentes, na defesa do efetivo direito à educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Permanência. FONAPRACE. PNAES.

**ABSTRACT:** This paper has as its objective a brief reflection about the Student Assistance (AE) and its actions guided by its principles in order to promote access, permanence and completion in the courses in which the students of the Federal Institutions of Education (IFES) are enrolled. The aim is to approach the processes of constitution of the AE over time,

whose focus was / are the demands presented by the students inside the schools, in the difficulties of access and permanence, involving: socioeconomic restrictions in relation to housing, food, health (physical and mental), transportation and access to day care centers ; the absence of basic conditions to meet the needs of people with special needs; the need for psycho-pedagogical accompaniment and fostering academic participation; precarious access to information; the incipient diffusion and access to artistic and cultural manifestations; among others that appear in the daily life of institutions. Actions that respond to these and other demands are complex and require, in addition to the construction of strategies of action, the mobilization of the academic community, dedication to research, among other actions to achieve the goals proposed to student assistance. It is considered that the political-economic scenario that is drawn over the years, with commercialization of education, excludes, gradually, those who do not have the resources to acquire it, as a commodity. It would then be up to the public school to work towards overcoming this reality. In this sense, it is sought, in the research that includes the reflections contained here, to understand the actions of AE in face of the demands presented by the students, in the defense of the effective right to education.

**KEYWORDS:** Permanence. FONAPRACE. PNAES.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho, para além do objetivo explicitado acima, no resumo, busca ainda compreender a trajetória da Assistência Estudantil (AE), seu conceito, seus objetivos e seus princípios, no intuito de que se promovam o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos nos quais ingressam os estudantes das Instituições Federais de Ensino (IFEs).

A trajetória da Assistência Estudantil está, intimamente, ligada à história da educação no Brasil, principalmente no que tange ao ensino superior, pois as primeiras universidades brasileiras tinham como foco o atendimento aos filhos da elite, excluindo deste acesso grande parte da população pobre, que não ingressava na educação superior. De acordo com Kowalski (2012, p.85),

a primeira prática de auxílio ao estudante no Brasil ocorreu durante o governo de Washington Luís em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos. Portanto, isso vem demonstrar que a assistência estudantil, nesse período histórico, estava voltada para o atendimento das necessidades dos filhos da elite brasileira, já que era esse perfil que tinha acesso ao ensino superior.

O interesse pela educação superior no Brasil teve o seu início com a chegada da família real e, por iniciativa da corte, foram criadas, em 1808, escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro, além de uma cadeira de Ciência Econômica pelo Decreto 23/1808. Na sequência, em 1810, criou-se a Academia Real Militar da Corte – que, anos depois, foi transformada na Escola Politécnica – e, em 1820, surgiu a Real

Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, que foi convertida, mais tarde, em Academia das Artes.

Após a proclamação da República, a Constituição Federal de 1891 não contemplou a educação superior e a primeira universidade brasileira, fundada em 1912, no estado do Paraná, durou apenas três anos. Dessa forma, somente em 1920 é fundada a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. O interesse pela organização nacional da educação surge com a industrialização e urbanização, atendendo inclusive uma demanda do setor industrial por profissionais qualificados (VASCONCELOS, 2010).

A educação passa a ser reconhecida como direito de todos e dever da família e do Estado a partir da Constituição Federal de 1934, na qual se pode ler no artigo 149: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no País [...]” (BRASIL, 1934). Entretanto, o dispositivo legal não garantiu, na prática, a ampliação do número de vagas para a população.

A ampliação das universidades no território nacional ocorreu nas décadas de 1950 a 1970, nas esferas federal, estadual, municipal e particular. Todavia, não foi acompanhada da democratização do acesso em nenhuma delas.

Com os movimentos sociais reivindicando direitos e investimentos nas mais diversas áreas e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a concepção de educação como direito é ampliada, em consonância com o seu artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (BRASIL, 1988). Entretanto, a materialização do ordenamento legal encontrou e continua encontrando inúmeros obstáculos, entre eles o empenho de empresários e representantes do governo na mercantilização da educação.

## **2 | NOTAS GERAIS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL**

O acesso e a permanência dos alunos nas IFEs é um desafio posto e que demanda um empenho dos atores envolvidos com o objetivo de superá-lo, garantindo assim a efetividade do direito à educação. Numa sociedade marcada por profundas diferenças sociais, os estudantes de baixa condição socioeconômica são, frequentemente, excluídos do acesso a uma educação de qualidade.

Com o intuito de diminuir a evasão dos alunos pobres, as ações de assistência ao estudante datam do período monárquico, com a criação dos Caixas Escolares, que contavam com doações de famílias ricas que contribuía financeiramente. Os recursos eram destinados à distribuição de bolsas de estudo e material escolar e à assistência dentária e alimentar. Todas essas ações tinham um forte cunho caritativo e caráter de “favor”.

A Constituição Federal de 1934 previa a assistência ao estudante, e atribuía ao Estado essa incumbência, o que pode ser notado no parágrafo segundo do seu artigo 157: “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934). Todavia, não houve empenho nem a promoção de políticas públicas para que o dispositivo legal fosse, de fato, materializado e a democratização do acesso não aconteceu, continuando a universidade um privilégio de poucos e uma pretensão apenas como letra morta no papel.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), constituída ainda na década de 1930, assumiu um importante papel na luta pela assistência ao estudante. Localizada no Rio de Janeiro, a Casa do Estudante do Brasil sediava os encontros nacionais dos estudantes e, além de abrigar os alunos, disponibilizava, no primeiro andar, um restaurante, denominado *Calabouço*. O objetivo que motivava os alunos, segundo depoimento de Irun Sant’Anna, um de seus fundadores, era o de lutar pelos interesses nacionais, pela democracia e pela pluralidade política (PORTILHO, 2010).

É somente na década de 1980, com o surgimento de movimentos sociais organizados, que o debate sobre o acesso e a permanência no ensino superior, para a grande parcela da população pobre, retorna à agenda nacional. Isso acontece, mesmo no contexto do que se denominou como “a década perdida”, economicamente, devido ao aumento do desemprego, do trabalho informal, do empobrecimento e ao desmantelamento sistemático dos serviços sociais.

É também nesse momento que as universidades federais sofrem fortes investidas contra suas “competências administrativas, didáticas e às suas finalidades” (FONAPRACE, 1993, p. 80), ataques originados por representantes do próprio governo, motivados por forte tendência de privatização do ensino superior. Não por acaso, na nossa história recente, o final da década de 2010 apresenta um quadro bastante parecido.

A falta de compromisso do governo federal com as universidades e, conseqüentemente, seu sucateamento, trouxe junto a diminuição dos recursos de capital e custeio e a histórica demanda por ações efetivas na viabilização do acesso e permanência postas aos profissionais que já trabalhavam com a assistência estudantil no interior das IFEs. Isso levou à promoção de encontros desses representantes com o objetivo de debater e refletir acerca do trabalho necessário na área, buscando a articulação, em âmbito nacional, das forças que pudessem consolidar o comprometimento do Estado com a regulamentação e o financiamento da Assistência Estudantil (AE).

Em 1987, é instituído o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comuitários (FONAPRACE), composto por pró-reitores e secretários de assuntos estudantis das IFEs de todo o território nacional. Os documentos elaborados nos encontros tornam-se referenciais de grande importância, pois apresentam propostas

de ações concretas, resultado de pesquisas realizadas com os estudantes pela equipes de AE, e são encaminhados ao Ministério da Educação (MEC), subsidiando, em momentos distintos, dispositivos legais que regulamentaram a AE.

As primeiras reuniões, que antecedem a criação do Fonaprace, datam de 1983, ainda sob o regime militar. Tinham como objetivo a construção de uma pauta única de propostas a serem apresentadas ao governo federal, com o objetivo de fortalecimento das IFEs e foram construídas a partir de encontros regionais do Fórum, a saber: a Promoção de Apoio ao Estudante Universitário (1984, Maceió); Participação e Representação Estudantil (1985, São Luís); Projeto Emergencial de Manutenção dos Restaurantes Universitários do Norte e Nordeste (1985, João Pessoa); Diretrizes e Estratégias Universitárias – Subsídios para um programa do Ministério da Educação (1985, Aracaju) (FONAPRACE, 1993). Importante registrar, nesse contexto, a realização do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, realizado em 1985, na cidade de Florianópolis.

O trabalho desenvolvido a partir dos primeiros encontros é de fundamental importância, pois ampliou o diálogo entre as IFEs, viabilizou a construção de ações alinhadas e coordenadas entre elas, orientou a realização de pesquisas junto aos estudantes matriculados nas IFEs, em todo o território nacional, sendo que cada instituição se encarregou de mobilizar os alunos para que colaborassem, preenchendo um questionário de sondagem disponibilizado pelo Fonaprace. A partir desses encontros iniciais e de posse dos dados desse sondagem, tornou-se possível a realização de eventos, a elaboração de documentos conjuntos e o início de da construção de propostas para uma Política de Assistência Estudantil que contribuísse para a garantia do acesso, da permanência e do êxito escolar dos estudantes de baixa condição socioeconômica (CAVALHEIRO, 2013).

A assistência ao estudante ganha novo impulso, com as distintas equipes nas IFEs, utilizando o espaço de discussão e reflexão do Fonaprace, passando a ter ações alinhadas no atendimento ao aluno e uma constante articulação junto à comunidade acadêmica e ao governo em busca de ampliação das vagas. Esse alinhamento leva em conta o modo como o Fonaprace define a Política de Assistência Estudantil:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012, p. 68).

Essa perspectiva, considerando a demanda de ampliação de vagas, nos vários cursos, levou o governo a criar programas e leis que contribuíram para o acesso dos discentes, entre eles: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado a partir da promulgação do Decreto 6.096/2007; a ampliação da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei 11.892/2008; a

Lei 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva de vagas nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Porém, esse acesso não é garantia que o discente possa percorrer seus objetivos acadêmicos com êxito. Essa trajetória é, muitas vezes, interrompida, entre outros fatores, pela falta de recursos financeiros que possibilitem a permanência e a conclusão dos estudos iniciados. Vem daí o fato de que as ações e programas executados no âmbito da AE passam a ter também o objetivo de contribuir para a diminuição da evasão.

As ações para a permanência dos alunos na instituição e, conseqüentemente, o combate à evasão precisam de todos os atores envolvidos, desde os próprios alunos, suas famílias, passando pelos docentes, técnicos administrativos e pelas respectivas administrações escolares. Para uma resposta efetiva às diversas demandas apresentadas pelos alunos é necessário que a AE seja compreendida e colocada em prática por todos, enquanto política institucional, com investimento efetivo de recursos financeiros e humanos (XAVIER, 2008).

Os fóruns e encontros regionais e nacionais do Fonaprace propiciaram a construção de propostas que foram encaminhadas ao governo e à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Essas propostas subsidiaram a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2007, que tomou como referência a pesquisa realizada pelo Fonaprace, junto aos discentes. O trabalho realizado

[...] identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES. Desta forma, faz-se fundamental a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida (ANDIFES, 2007, p.2).

Outro importante documento foi a Portaria Normativa MEC n. 39, de 2007, que prevê no parágrafo primeiro do seu artigo terceiro, que as ações da AE devem considerar: “a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”.

Na sequência, foi publicado o Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010 – Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – que, na mesma linha dos anteriores, tem como objetivo a regularização das ações da assistência aos discentes. Dispõe, inclusive sobre as áreas em que as ações deverão ser executadas, em seu artigo 3º, parágrafo 1º:

I moradia estudantil; II alimentação; III transporte; IV atenção à saúde; V inclusão digital; VI cultura; VII esporte; VIII creche; IX apoio pedagógico; X acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Outra importante conquista foi a provisão orçamentária que passa a ser prevista no texto do decreto. A execução das ações, principalmente no que tange aos programas de bolsas de auxílio financeiro ao discente para o atendimento às suas demandas somente são possíveis com o comprometimento orçamentário, conforme segue:

Art. 8º - As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010).

O marco regulatório também possibilitou um direcionamento na execução das ações nas distintas IFES. Revelou também a necessidade de ampliação de vagas para os profissionais das equipes, como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, entre outros, situação esta que impacta diretamente na qualidade do atendimento e do efetivo acompanhamento dos discentes, contribuindo para a diminuição da evasão.

Todas as ações são direcionadas por princípios, também construídos no Fonaprace. Revelam a intencionalidade de se avançar na consolidação dos projetos e uma permanente luta por manter as conquistas já realizadas. O Plano Nacional de Assistência aos Estudantes é regido pelos seguintes princípios:

1. Afirmação da educação superior como uma política de Estado;
2. Gratuidade do ensino;
3. Igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES;
4. Formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
5. Garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
6. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
7. Orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
8. Defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito;
9. Pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central.

A atuação dos profissionais da AE junto aos discentes, para além da execução de programas de bolsas, tem como objetivo que esses alunos sejam protagonistas do processo de aprendizagem, compreendendo todo o contexto socioeconômico, político e cultural que os cercam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira tem sua origem na vinda da família real para o Brasil, era destinada aos filhos da elite que, inclusive, ao ir estudar na Europa, eram auxiliados financeiramente. As famílias de baixa renda, os pobres, eram excluídos das possibilidades de acesso à educação.

As conquistas da AE, como é possível perceber, foram sendo realizadas ao longo dos anos e, com a criação das primeiras universidades brasileiras, alguns poucos discentes provenientes da camada mais empobrecida da população puderam ter acesso ao ensino superior. Na falta de condições de se manterem nos cursos, eram ajudados com recursos de doações de famílias ricas, com forte cunho caritativo. Não obstante, até os dias atuais, para muitos, o aporte financeiro feito aos estudantes, ainda é concebido como “favor” do Estado e deve estar atrelado a um retorno por parte dos estudantes.

Todavia, num contexto de grandes diferenças sociais, para a efetivação do direito à educação é necessário que ações sejam tomadas a fim de garantir que os discentes de baixa condição socioeconômica que ingressam nas IFES consigam permanecer e concluir os estudos iniciados. É nesse sentido que os representantes de assuntos comunitários e estudantis dessas instituições buscaram, em conjunto, a construção de princípios, de objetivos, de propostas e de ações que conduzissem a um êxito no propósito de contribuir, efetivamente, para o acesso e a permanência dos discentes nos seus respectivos cursos, de modo a concluí-los com êxito.

Pode-se dizer que é a partir desse propósito, que surgiu o Fonaprace, espaço de discussão e reflexão sobre a prática da AE, sobre sua importância na garantia do acesso e da permanência dos discentes que não têm muitas chances de acesso ao ensino superior, num contexto claro de exclusão social.

Os discentes são sujeitos na origem desse processo e, como tal, possuem importante papel em busca de acesso ao ensino superior. Sua representação, seja a partir da UNE, seja por meio das demais entidades representativas dos estudantes, é de fundamental importância, na organização, na mobilização e na participação dos processos de construção das propostas e estratégias que se somam às forças de avanço na efetivação do direito à educação.

Foram essas articulações em processo que possibilitaram, por meio das mobilizações materializadas a partir delas, importantes conquistas e, dentre aquelas citadas aqui, pode-se dizer que a instituição do PNAES, com o objetivo de atender as demandas apresentadas pelos discentes, possibilitando inclusive, dotação orçamentária necessária à execução de projetos da AE nas IFES, seja a mais significativa delas. O que não quer dizer que termina aqui o trabalho.

A trajetória da AE, como pode-se perceber, é marcada por embates, conquistas, alguns retrocessos, e revela a necessidade de permanente esforço para que a educação, seja de fato, um direito de todos. Longe de pretender ser solução, a parcela

que cabe à AE, uma vez considerado seu histórico de luta na construção de políticas de assistência ao estudante, não somente na lei escrita, mas também na prática, no acompanhamento sistemático e cotidiano dos sujeitos oriundos das classes de baixa condição socioeconômica, é especialmente significativa, num contexto de exclusão social como o que vivemos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia de Assuntos Jurídicos, 1934. Disponível em: <https://bit.ly/1TKnxCq>. Acesso em fev.2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia de Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/1bIJ9XW>. Acesso em fev.2019.

BRASIL. **Decreto n. 7234/2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2q99MU1>. Acesso em fev.2019

BRASIL. **Lei n. 12.711/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/1n0FDPs>. Acesso em fev.2019.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Dez Encontros**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1993.

FONAPRACE. **O FONAPRACE e a Política de Assistência Estudantil em 2012: quem somos, onde chegamos e o queremos**. FONAPRACE – Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: EDUFU, 2012.

CAVALHEIRO, J. S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**, 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, 2013.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**, 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PORTILHO, A. dos S. **Praia do Flamengo 132: memória, reparação e patrimonialização da União Nacional dos Estudantes**, 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n.2, p. 599-616, Jul./dez, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2S9pcDr>. Acesso em fev.2019.

XAVIER, A. De M. **Serviço Social e Educação: análise do reconhecimento social e das experiências profissionais construídas nos diversos campos da política educacional**, 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-460-3

